

EDITORIAL

A revista “Direitos, Trabalho e Política Social” coproduzida pelos Programas de Pós-Graduação em Política Social e em Direito Agroambiental da Universidade Federal de Mato Grosso permanece recebendo o apoio do Projeto Ação Integrada (PAI), cuja coordenação geral é constituída pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-MT), Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) - 23ª Região e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A revista é produto desta parceria, que na edição 01/2015 apresentou 14 artigos relacionados aos temas do “trabalho e da proteção social do trabalhador”; na edição 02/2016 apresentou 09 artigos com os temas do “adoecimento, violência e imigração”; e na edição 03/2016 apresentou 13 artigos sobre o “meio ambiente do trabalho e trabalho análogo à escravidão”.

Agora, em sua 4ª. edição/2017 apresenta 09 artigos com as temáticas da “crise do capital, regressão dos direitos, trabalho decente e discriminação”, que assim se apresentam:

“A política de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil: limites e possibilidades contemporâneas”, de Renata Gomes da Costa, Assistente Social, professora efetiva no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso e doutoranda na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Artigo que tem por objetivo analisar as políticas sociais no Brasil, particularmente as políticas para as mulheres no contexto de implementação e fortalecimento do projeto neoliberal.

“Trabalho em condições degradantes – caracterização: análise da jurisprudência do TRT/8ª região e do TRF/1ª região”, de José

Claudio Monteiro de Brito Filho, Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP, professor do Programa de Pós-Graduação em Direito do CESUPA e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Titular da Cadeira nº 26 da Academia Brasileira de Direito do Trabalho; **Yasmin Sales Silva Cardoso e Ana Rebecca Manito Litaiff**, alunas do Curso de Graduação em Direito do CESUPA. Texto que discute como o trabalho em condições degradantes é reconhecido pela jurisprudência de dois tribunais brasileiros.

“**Devolver os sindicatos aos seus membros: direito, capital e trabalho na Inglaterra de Margaret Thatcher**”, de **Thiago Romão de Alencar**, graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF e Doutorando em História pelo mesmo programa. Artigo que analisa as transformações na relação jurídica entre capital, Estado e trabalho, num período em que a correlação de forças era extremamente desfavorável à classe trabalhadora.

“**Não fale em crise, trabalhe - sobre a ideologia do trabalho**”, de **Pablo Biondi**, Doutor e Mestre em Direitos Humanos na área de concentração de Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo; Membro do grupo de pesquisa “Direitos humanos, centralidade do trabalho e marxismo” da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Artigo que analisa o conceito de ideologia como uma forma social e histórica, tal como as formas jurídicas e estatais no capitalismo, e usa essa perspectiva para identificar como uma derivação concreta desta categoria produz uma “autossujeição” na classe trabalhadora, um tipo de dominação que é concebível apenas sob o sistema social capitalista.

“**A Educação profissional no Brasil: uma contribuição na efetivação do trabalho decente para a juventude?**”, de **Suzérica Helena de**

Moura Mafra, aluna do bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Artigo que versa sobre a Educação Profissional no Brasil, problematizando-a no contexto do debate sobre a promoção do Trabalho Decente.

“Terceirização bancária: a jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região nos anos de 2012 e 2016”, de autoria de **Amanda Pretzel Claro**, graduada em Direito pela Universidade de São Paulo – USP e advogada trabalhista e militante da Rede Feminista de Juristas – DeFEMde. Artigo que analisa a jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região frente a casos de terceirização bancária submetidos à sua avaliação nos anos de 2012 e 2016.

“Vestígios de (possível) regressão do direito de acesso à informação da cidadania diante dos poderes públicos municipais em Mato Grosso”, de autoria de **Ney Alves de Arruda**, Professor da Faculdade de Direito da UFMT, Doutor pela Universidad Pablo Olavide - Sevilla – Espanha, Mestre pela UFSC Diploma de Estudios Avanzados pela Universidad de Burgos - Castilla y León – Espanha. Cujo foco central é o Direito de Acesso à Informação que é um direito decorrente da Lei Federal n.º 12.527/2011 e a sua aplicação prática ao cidadão-contribuinte residente nos municípios do interior do Estado de Mato Grosso. O interesse científico deste trabalho é constatar os níveis de resposta que os poderes públicos municipais têm ofertado a cidadania local a partir do Serviço de Informação ao Cidadão.

“Subdesenvolvimento e políticas sociais na região oeste do estado do Tocantins”, de autoria de **Samuel Correa Duarte**, professor do quadro efetivo do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Artigo produzido a partir de um estudo que analisa as condições fundiárias e os indicadores sociais da região

oeste do Estado do Tocantins. Trabalha com o conceito de subdesenvolvimento cujas características marcantes residem no predomínio econômico do setor primário, na concentração de terra e renda, na pauta produtiva restrita e direcionada ao mercado externo. Demonstra que o estado de Tocantins tem sido tratado como área de expansão dos agronegócios.

“O instituto da unicidade sindical e a desnecessidade de ratificação da convenção 87 da OIT para a implantação da plena liberdade sindical brasileira: uma aplicação analógica ao caso da vedação à prisão do depositário infiel”, de **Bruno de Pinho Garcia**, Analista do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Assistente de Juiz da 11ª Vara do Trabalho de Manaus. Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (AM). Pós Graduando em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes – UCAM (RJ), que, em seu artigo, questiona a adoção de modelos de organização sindical mais coerentes com a evolução de pensamento da sociedade brasileira.

Assim, mais uma vez, a revista Direitos, Trabalho e Política Social responde às demandas apresentadas aos Programas de Pós-Graduação em Política Social e em Direito Agroambiental e dá voz aos pesquisadores/as de diversas instituições de ensino do Brasil e do exterior.

Marluce Souza e Silva